

Cultura solidária

Paulo Cesar Seron¹

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a cultura solidária, inserindo-a historicamente, como produto das alternativas e iniciativas construídas pelos indivíduos e grupos para enfrentar transformações econômicas e políticas ocorridas no século XX e XXI. A princípio recorreremos ao processo de desenvolvimento sócio-econômico do último século, tendo em vista ser este um período recheado de transformações e cujo foco de importância deixou de ser o processo em si, e passou a ser a velocidade com que ele vem acontecendo. Além disso, os resultados decorrentes de tais mudanças têm implicado em muito desemprego, acentuando ainda mais as relações de dominação; exploração e exclusão dos trabalhadores pelo capital. Posteriormente, enfocamos o processo de construção da cultura solidária, abordando diferentes acontecimentos que ocorrem previamente ou concomitantemente ao seu desenvolvimento, tais como a importância do grupo; o funcionamento do grupo; a mudança de cultura, além de outros. Enfim, aspectos que determinam a existência ou não de uma cultura que se baseia em princípios solidários, de ajuda mútua.

Palavras-chave: Cultura, Solidariedade.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a cultura solidária, inserindo-a historicamente, como produto das alternativas e iniciativas construídas pelos indivíduos e grupos para enfrentar transformações econômicas e políticas ocorridas no século XX e XXI.

Assim, considerando que as mudanças político-econômicas têm influência sobre as mudanças sócio-culturais (Rodrigues; Oliveira; Freitas, 2001), para tecer considerações sobre a cultura denominada solidária, é imprescindível uma contextualização em relação às mudanças econômicas e políticas ocorridas no século XX e XXI, que favoreceram o desenvolvimento desta cultura.

Ademais, esta contextualização, faz-se necessária porque, conforme Arruda (2000), cultura pode ser definida como os pressupostos básicos (conjunto de valores, atitudes, comportamentos, aspirações, modelos de relação) que os grupos descobrem,

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

inventam ou desenvolvem para lidar com problemas de adaptação externa e integração interna, característicos de um determinado estágio de evolução de uma sociedade.

Retrato político-econômico e sócio-cultural do século XX e XXI

De acordo com Guareschi (1999), uma das grandes transformações ocorridas no século XX foi no período de 1900-1950, uma fase denominada por Chiavenato (2000) de "Era da Industrialização Clássica", que teve início com a Revolução Industrial e se caracterizou pela utilização das máquinas no processo de produção. Nesta época, as pessoas eram tidas como recursos da produção, semelhantes às máquinas.

O período de 1950-1990 ("Era da Industrialização Neoclássica") teve início após o final da 2ª Guerra Mundial, caracterizando-se pelo aumento da competição entre as empresas, pelas mudanças que se tornaram mais rápidas e intensas e pelo incrível desenvolvimento da tecnologia. As pessoas passaram a ser vistas como recursos vivos dentro das organizações (Chiavenato, 2000).

O mesmo autor ainda cita o período de 1990 até os dias atuais denominando-o como "Era da Informação", o qual se caracteriza por mudanças rápidas e imprevistas, uma vez que a tecnologia transformou o mundo, aumentando a competitividade. As pessoas, seus conhecimentos e habilidades mentais passaram a ser a principal base da nova organização, na medida em que podem contribuir para o aumento de lucro na empresa.

Por outro lado, Gorostiaga (2001) ressalta que a revolução tecnológica, ao propiciar a automatização e robotização da produção, provocou a perda do valor do trabalho e, conseqüentemente ocorreram demissões em massa e falta de emprego. Assim, a década de 1990, no entendimento de Nakano (2000), pode ser caracterizada como a "década do desemprego".

Comentando sobre esta realidade histórica, Guareschi (1999) acrescenta que as relações centrais que passaram a definir a sociedade desde então, são as de exclusão e não apenas as de dominação e de exploração, próprias do capitalismo. Este tipo de relação é uma forma de ordenação da sociedade que deixa "muitas pessoas de fora".

Arruda (2004) discutindo sobre o sistema global do capital da atualidade diz que o mesmo está configurado da seguinte forma:

- ✓ Capital como sujeito e trabalhadores como objetos;
- ✓ Competição, dominação e submissão como formas de relação;
- ✓ Apropriação privada como matriz da ação;
- ✓ Subordinação, desigualdade, desemprego e exclusão como resultados estruturais;
- ✓ Estado como responsável por garantir a "liberdade" do mercado;
- ✓ Democracia como virtual e não real;

Configurada desta forma, a cultura produzida pelo capitalismo é a do individualismo exacerbado e da competitividade, havendo no entender de Arruda (2000), a construção de uma "ética terrível", segundo a qual cultua-se o indivíduo tomado como absoluto e isolado de seus contextos social e histórico, sendo visto como um "eu-sem-nós".

Ademais, Santos e Rodríguez (2002) ressaltam que estas relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, enfatizando benefícios pessoais em lugar da solidariedade, ou seja, acontece o intercâmbio entre indivíduos baseados em ganhos monetários e não na reciprocidade. Entretanto, no entendimento de Lopes (1999), a sociedade capitalista não conseguiu eliminar desde a sua origem, o valor da solidariedade, apesar de toda ênfase via competição. O que este sistema fez foi possibilitar o surgimento de diferentes práticas e visões fundamentadas nesse valor, mas que não resistiram aos desafios da contemporaneidade.

Além das conseqüências negativas geradas pela modernização da produção, Razeto (2001) assinala que o Estado também passou e tem passado por várias crises sucessivas (fiscais e administrativas) o que tem dificultado a concessão de recursos através de políticas sociais. Ademais, Souza (2000a) ressalta que, embora indispensáveis, estas políticas chamadas compensatórias são incapazes de eliminar o problema do desemprego, uma vez que não favorecem o crescimento econômico consolidado.

Em resumo, pode-se classificar o período atual como paradoxal, uma vez que possui grandes avanços tecnológicos e ao mesmo tempo grandes regressões aos males sociais que pareciam superados, ao menos nos países desenvolvidos, como por exemplo, as desigualdades sociais, guerras, doenças (Santos, 2002).

. . . o paradoxo está em que, se por um lado hoje parecem, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado, é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje (SANTOS, 2002, p.13).

Neste sentido, a população "tem sido obrigada" a se mobilizar, de forma organizada ou fragmentada em ações isoladas, individualistas ou corporativistas (Souza, 2000a).

Reações populares de enfrentamento

As mobilizações ocorrem como forma de resistência contra o processo de exclusão social, sendo que os excluídos resistem com ações individuais ou coletivas variadas que podem ser classificadas como simples estratégias de sobrevivência ou projetos regionais e globais de enfrentamento (Rodríguez, 2002).

É importante enfatizar estas formas de enfrentamento porque, segundo Rodrigues et al. (2001, p.100) "é provável que a partir da percepção de escassez ou exclusão possa acontecer uma tomada de consciência", constituindo-se focos de mudança.

Estas formas de enfrentamento têm sido denominadas basicamente de "economia popular", "economia de solidariedade ou solidária" e "economia popular solidária". Portanto, é importante, destacar as principais características de cada uma dessas denominações.

A economia popular tem sido compreendida através de expressões como: economia informal, estratégias de subsistência, economia subterrânea e outras. Ela surgiu como consequência das crises do capital e do Estado, sendo resultado de diferentes atividades, iniciativas e experiências que os setores populares marginalizados vêm tendo que utilizar para perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas e assegurar sua subsistência. Pode-se citar como exemplo destas iniciativas as microempresas; organizações econômicas populares; iniciativas individuais informais; ilegais e pequenos delitos; soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada (Razeto, 2001).

Segundo o mesmo autor, estas alternativas da economia popular, podem dependendo do grau em que permitam solucionar problemas econômicos, bem como da estabilidade e permanência no tempo ou do valor que seus protagonistas lhes atribuam, ser consideradas como estratégias de sobrevivência (satisfazendo necessidades fisiológicas); estratégias de subsistência (satisfazendo necessidades básicas) e estratégias de vida (quando são tidas como opções permanentes).

Por outro lado, a economia solidária ou de solidariedade é caracterizada como um modo especial de produzir, distribuir recursos e bens, consumir e se desenvolver, apresentando características e princípios próprios (solidariedade, mutualismo, cooperação, autogestão comunitária), alternativos aos modos econômicos capitalistas e estatistas (Razeto, 2001). Assim, conforme Gadotti Gutiérrez (2001) implica comportamentos sociais e pessoais novos no plano da organização da produção e dos sistemas de serviços produzidos e nos mecanismos de consumo e acumulação.

Outros princípios destacados por Santos Rodríguez (2002) se referem à igualdade - os frutos do trabalho são distribuídos de forma equitativa entre os produtores e todos participam da tomada de decisões - e ao respeito à natureza - ajustando-se a imperativos ecológicos, mesmo que estes contrariem o crescimento econômico.

A empresa solidária, normalmente, é formada por uma comunidade de ex-empregados da mesma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudiantis, comunitárias, dentre outras, que surge para permitir ganhos aos sócios. Assim, como criação dos trabalhadores contra o capitalismo, é uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica e "quem se associa a ela não faz um contrato de trabalho, mas entra numa união em que o seu destino individual se funde com os de seus companheiros" (Singer, 2000, p.22).

É necessário ressaltar também, que nem toda economia popular é solidária e nem toda economia solidária é popular, pois há expressões solidárias também em outros níveis sociais e em organizações e atividades econômicas não-populares (Razeto, 2001).

Após estas diferenciações, é importante caracterizar ainda a economia popular solidária como o conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram entre as duas anteriores.

Em outras palavras, a economia popular de solidariedade é aquela parte da economia popular que manifesta alguns traços especiais que permitem identificá-la também como economia de solidariedade, ou pelo contrário, é aquela parte da economia de solidariedade que se manifesta no contexto da que identificamos como economia popular (Razeto, 2001, p.45-46).

Para atender o objetivo do presente trabalho, foi e será enfocada de forma especial a economia solidária ou de solidariedade e os princípios que a caracterizam, citando também formas como ela se concretiza, suas características principais, para enfim discutir-se a influência que a mesma teve e continua tendo na formação da cultura solidária.

Caracterização da economia solidária

Razeto (2001) assinala que a produção na economia solidária tem a presença do "fator C", assim denominado porque tem a presença de vários elementos que em nosso idioma e em outros começam com a letra "C", dentre eles: cooperação, comunidade, colaboração, coordenação, coletividade. Assim, a produção proporciona um conjunto de benefícios a cada integrante e um melhor rendimento e eficiência à unidade econômica.

O autor ressalta que os recursos, bens e serviços são destinados e distribuídos, não apenas mediante as já conhecidas relações de compra e venda, de tributação e de dotações orçamentárias, mas através de outros tipos de fluxos e relações econômicas que supõem e aperfeiçoam a integração social, como por exemplo, doações e reciprocidade.

O consumo solidário, de acordo com Mance (1998), ocorre quando a seleção do que é consumido se dá considerando o bem viver pessoal, e também o coletivo, uma vez que as escolhas de consumo influenciam tanto na geração ou manutenção de postos produtivos em uma dada sociedade, quanto na preservação dos ecossistemas e na promoção do bem estar coletivo da população da comunidade, do país e do planeta.

Dessa forma, Gutiérrez (2001a) ressalta que a subjetividade é a característica diferenciadora entre as relações econômicas de trocas e as de solidariedade.

Iniciativas da economia solidária

As principais iniciativas dentro da economia solidária podem ser classificadas, de acordo com Singer (2000) em:

- ✓ Cooperativas de produção industrial e de serviços dotadas de capital abundante;

- ✓ Cooperativas dotadas de capital modesto;
- ✓ Pequenas associações de trabalhadores marginalizados ou de pessoas estigmatizadas que procuram desenvolver alguma atividade produtiva, mas que sobrevivem em grande medida graças a doações e ao trabalho voluntário de apoiadores externos;
- ✓ Cooperativas de trabalho que não têm outro capital senão a capacidade de trabalho de seus membros;
- ✓ Clubes de trocas formados por pequenos produtores de mercadorias que constroem para si um mercado protegido ao emitir uma moeda própria que viabiliza o intercâmbio entre os participantes;
- ✓ Cooperativas de consumidores (crédito, habitação, saúde, escola), somente pertencendo à economia solidária à medida que abrem as suas portas aos profissionais que as operam.

Partindo das iniciativas acima citadas, duas delas serão especialmente enfatizadas devido à grande disseminação que vêm tendo no decorrer da história e atualmente: as cooperativas e as associações.

Para Araújo e Moreira (2001) a cooperativa é uma sociedade de pessoas constituída para buscar resultados sócio-econômicos mútuos, sendo os sócios, ao mesmo tempo, donos e usuários dos serviços que prestam e dos bens que produzem. O empreendimento é autogestionário, uma vez que os sócios cuidam e dirigem seu próprio negócio sem se subordinar a outro nível. Em geral, elas seguem os seguintes princípios citados por Albuquerque (199-), que as diferenciam das organizações capitalistas:

- ✓ Livre acesso e adesão voluntária;
- ✓ Cada sócio corresponde a um voto;
- ✓ Princípio de supressão de lucro;
- ✓ Poder legal independe do capital integralizado a cada sócio;
- ✓ Benefícios proporcionais ao trabalho ou quantidade de produto aportado e não ao capital investido;
- ✓ Caráter educativo e formativo de novas cooperativas;

Santos e Rodríguez (2002), baseados em Birchall¹ (1997), ainda acrescentam:

- ✓ Autonomia e independência em relação ao Estado e outras organizações;
- ✓ Compromisso com a educação de seus membros para lhes facilitar participação efetiva;

¹ Birchall, J. *The international cooperative movement*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

- ✓ Cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais;
- ✓ Contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que se localiza;
- ✓ Participação econômica dos membros.

De acordo com Araújo e Moreira (2001), as associações são organizações semelhantes às cooperativas, compostas por vários indivíduos que se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses, sem visar fins lucrativos. Basicamente, o que as diferencia é a participação no patrimônio, a remuneração dos diretores e o retorno das sobras, próprio das cooperativas e não das associações. Ademais, segundo Albuquerque (1997), as associações valorizam aspectos mais organizativos voltados para o social e político. Contudo, ambas realizam ações de comércio (desde que objetivem isto em seu estatuto) não almejando lucro e se dedicando à prestação de serviços aos seus associados (Araújo & Moreira, 2001).

Diferentemente da empresa capitalista, a solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, visto que o capital é possuído pelos que nela trabalham, sendo sua finalidade a maximização da quantidade e qualidade do trabalho e não do lucro (Singer, 2002). Por outro lado, diferenciam-se ainda, dos projetos assistenciais, uma vez que estes se limitam a atender metas materiais e imediatas, dependendo para isso de facilidades e favores ou de situações excepcionais (Gaiger, 2000).

Neste sentido, as empresas solidárias podem ser classificadas, segundo Gaiger (2000), como projetos de promoção humana, pois, têm como meta a melhoria das condições de vida, por meio da formação da consciência e da organização dos indivíduos que delas fazem parte.

Entretanto, Singer (2000) ressalta que, mesmo com os grandes avanços destas iniciativas da economia solidária e com a grande ênfase dada atualmente às mesmas, muitas se deparam com o fracasso em seu percurso. As principais razões para este fracasso, segundo o mesmo autor, estão relacionadas, principalmente, à adaptação das iniciativas à sociedade burguesa, inclusive para preservar conquistas; à descrença generalizada dos trabalhadores de serem capazes de gerirem as empresas solidárias com eficiência; à ênfase exclusiva na escala local, desligando-se de fenômenos e movimentos regionais, nacionais e globais.

Para o desenvolvimento da economia solidária e para superação das dificuldades e manutenção de seus princípios constitutivos, faz-se necessário que a mesma tenha garantida as bases para sua sustentação. As mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais (Singer, 2000).

Dentre estas bases de sustentação da economia solidária, uma que no entendimento de Mance (1998), merece atenção especial, até mesmo porque permite que as outras bases sejam constituídas, é a inserção das iniciativas em redes de colaboração e de apoio mútuo. Nestas redes, segundo o autor, as unidades de produção são conectadas em cadeia produtiva sendo a produção para atender demandas de células

de consumo solidário, havendo fluxos de materiais, informação e valor circulando através da rede.

Os principais motivos para a formação das mesmas se referem à redução de custos, necessidade de juntar recursos para desenvolver inovações tecnológicas e difundir melhor tecnologia, além de outros empreendimentos de alto custo e alto risco (Singer, 2002).

Apesar da economia solidária estar ganhando adeptos e visibilidade devido ao seu caráter coletivo, educacional e inovador, novos desafios surgem a cada dia em seu contexto, até mesmo porque ela ainda se constitui em muitos lugares do mundo e no Brasil, como uma expressão teórica de comportamentos tendenciais e não como uma madura e completa manifestação do que efetivamente existe na realidade. Além disso, apesar dela estar sendo uma das principais formas de luta contra o capitalismo, não é a única forma de ação e organização popular, visto que a efetiva superação dos graves problemas e a atuação de efetivos processos de transformação e democratização, requerem a presença e a ação de diferentes formas de iniciativas e organização popular (Razeto, 2001).

Contudo, ao criticar e procurar superar, em maior ou menor escala, as características do capitalismo já assinaladas, todos estes tipos de experiências têm em comum o fato de, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e hegemonia (Santos & Rodríguez, 2002, p.29).

Somando-se a isto, pode-se dizer ainda que cada realidade muda ao seu modo, sendo que os excluídos terão que construir seus próprios caminhos e nesta construção cabe a cada um dizer a sua palavra, colaborando com a construção do conhecimento que contribui para a libertação de todos (Mance, 1999).

Paralelamente às organizações e iniciativas populares, é importante destacar ainda o papel da educação popular comunitária neste processo, uma vez que a mesma associa produtivo, organizativo e educativo, se preocupando especificamente, mas não exclusivamente, com setores excluídos do sistema econômico e com a educação permanente e contínua, na busca de melhoras na qualidade de vida. Pode ocorrer na escola formal e não-formal, organizações econômicas populares, educação municipal, escolas produtivas, microempresas, cooperativas, movimentos populares e sociais, dentre outros (Gadotti, 2001).

Neste sentido, segundo Souza (2000b) nos empreendimentos solidários vem ocorrendo outros ganhos diferentes do econômico, tais como auto-estima, resgate da cidadania, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos, o que os caracteriza como processos educativos.

Somando-se a isto, pode-se dizer, de acordo com Pedrini (2000), que o conceito de eficiência na economia solidária apresenta conotação especial, pois vem ligado à noção de solidariedade, entendida como um mecanismo de ação recíproca e de responsabilidade entre cidadãos livres, unidos por interesses comuns, que se constitui num gesto ético de enfrentamento das situações e, não de perpetuação das mesmas.

Após estas considerações, que permitem uma contextualização do momento econômico que se vivencia atualmente, é imprescindível refletir sobre as mudanças que o mesmo desencadeou no nível cultural e social.

Cultura Solidária

Cultura é algo que só se desenvolve quando da existência do coletivo, isto é, a condição “*sine qua non*” para o seu desenvolvimento é a existência do grupo. A cultura de um grupo é constituída pelas suas regras, normas, crenças e valores próprios. Ela exerce grande influência sobre o comportamento do indivíduo, podendo tanto contribuir, como dificultar o desenvolvimento de uma nova dinâmica grupal. Para subsidiar uma reflexão sobre o desenvolvimento de uma nova cultura, faz-se necessário uma melhor compreensão sobre o funcionamento do grupo, para isso recorreremos a alguns teóricos como Lewin, Hoggart, Cândido, além de outros.

A realidade do indivíduo está fortemente influenciada pelo pensamento coletivo, isto é, *o que existe como “realidade” é em grande parte determinado pelo que é aceito socialmente como realidade*. Assim, a probabilidade de influência do grupo sobre o indivíduo é tanto mais acentuada quanto maior for a confiança dele na experiência do grupo. Além disso,

. . .o grupo exerce forte pressão no que respeita à submissão de seus membros individuais. Estamos sujeitos a tal pressão em todas as áreas – política, religiosa, social – inclusive em nossas crenças do que seja verdadeiro ou falso, bom ou mau, certo ou errado, real ou irreal. Nessas circunstâncias, não é difícil compreender a razão pela qual a aceitação geral de um fato ou uma crença poderia constituir a própria causa que impede tal crença ou fato de jamais ser posto em dúvida. (Lewin, 1978 apud Oliveira 2001, pp. 198-199).

As pessoas tendem a se guiarem pelo coletivo, assim, o desenvolvimento de uma postura individual específica depende grandemente da participação da pessoa num contexto cujo pensamento predominante reflete uma cultura na qual ela acredita. Pois,

. . .unicamente com ancorar sua própria conduta em algo grande, substancial e supra-individual, como a cultura de um grupo, é que o indivíduo pode estabilizar suas novas crenças o suficiente para mantê-las imunes das flutuações diárias de estados de ânimo e de influências a que ele está sujeito como indivíduo. (Lewin, 1978 apud Oliveira 2001:200).

A postura do grupo impede que o indivíduo tenha um comportamento instável, flutuando de acordo com seu estado de ânimo.

Conforme Lewin (1978 apud Oliveira 2001:207), *o indivíduo aceita o novo sistema de valores e crenças quando aceita pertencer a um grupo*. Este é um princípio de solidariedade que norteia o comportamento individual e conseqüentemente o grupal. Ao aceitar o coletivo como maior, as pessoas abrem mão do particular.

O funcionamento do grupo é complexo e depende de uma gama de influências. Conforme Lewin (1978), *a aceitação do novo sistema liga-se à aceitação de um grupo específico, de um determinado papel, de uma fonte definida de autoridade como novos pontos de referência*. Não basta apenas participar de um grupo, é necessário ter o

sentimento de pertencer a ele. A força do grupo está na sua coesão, que de certa forma depende do quanto as pessoas abdicam do particular em prol do coletivo.

Muitas vezes o desenvolvimento de uma cultura solidária implica numa mudança de cultura, isto é, é preciso abandonar uma série de valores, crenças e atitudes, para introjetar outros. É

. . .um processo em que as mudanças de conhecimento e crenças, mudanças de valores e padrões, mudanças de ligações e necessidades emocionais e mudanças de conduta cotidiana não ocorrem aos poucos, e independentemente umas das outras, mas dentro do quadro da vida total do indivíduo no grupo. (Lewin, 1978 apud Oliveira 2001:199).

A partir do momento em que a pessoa compreende e passa a acreditar naquilo que prega uma determinada cultura, ela passa a se comportar de acordo com os seus princípios. É um processo que não ocorre aos poucos, mas quase que abrupto, isto é, a partir da aceitação há uma incorporação dos novos padrões.

Hoggart (1975, apud Oliveira 2001) ao se referir à classe proletária, descreve o grupo como um sistema fechado, inserido num sistema maior, onde existem contrários. Para este autor, os proletários possuem um sentimento grupal de tal forma que o mundo se divide em “nós”: membros do grupo, e “eles”: todos que não fazem parte do nosso grupo.

O proletariado tem a noção muito nítida de que são membros de um grupo e da necessidade de assumir uma atitude de cooperação, amizade e boa vizinhança em relação aos outros membros desse grupo. A relação de boa vizinhança implica que os vizinhos não só tenham consideração uns pelos outros, mas ainda que estejam prontos a “fazer um favor”. O sentido de comunidade é inconsciente. Não deriva – pois é algo de mais elementar, algo mais antigo – da convicção de que a união se torna necessária caso se pretendam melhorar as condições de vida, convicção essa que está na origem dos movimentos cooperativos. É antes fruto do saber de experiência feito, que ensina que o indivíduo se encontra inevitavelmente integrado no grupo; o indivíduo sabe que está integrado num grupo, porque experimenta o calor humano e a sensação de segurança que lhe são facultados pelo próprio fato de pertencer ao grupo, porque o grupo se mantém sempre igual a si mesmo e porque se vê frequentemente obrigado a recorrer à ajuda dos vizinhos, uma vez que não pode geralmente pagar os serviços de outrem. Os membros do proletariado sentem a necessidade de formar um grupo, porque a vida é dura e “a eles sempre lhes cai em sorte tudo o que é de mau”. (Hoggart, 1975, apud Oliveira, 2001:178-179)

Conforme expõe Hoggart, parece que o “espírito solidário” é algo que se encontra no inconsciente das pessoas, e se manifesta na medida em que o indivíduo toma consciência da inviabilidade de continuar vivendo de acordo com a realidade a ele imposta pelo modelo competitivo. A solidariedade é reforçada pelo fato de que muito poucos terão ocasião de abandonar a sua classe através unicamente das suas próprias forças.

O desenvolvimento de uma cultura solidária aparece de forma bastante clara na constatação feita por Antônio Cândido (1975, apud Oliveira 2001:209), sobre o modo de vida da sociedade caipira paulista, durante o século XVIII e XX. Os trabalhadores rurais se utilizavam de estratégias solidárias como o mutirão como forma de solucionar

os problemas da mão-de-obra nos grupos de vizinhança, suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. O mutirão consistia

. . . essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: roçada, plantio, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. (Cândido 1975, apud Oliveira 2001:210).

O mutirão conforme expõe o autor, é uma forma de expressão da cultura solidária reinante na sociedade caipira da época. Ela estava baseada num sentimento de coletividade que expressa ao mesmo tempo uma liberdade individual e uma dependência do outro nos momentos de necessidade. Sendo que o único compromisso é o de servir o outro quando ele necessitar, isto é, a ajuda mútua. Hoje, quando passamos novamente por um momento particularmente difícil para o trabalhador, em que as empresas convencionais vêm diminuindo suas chances de êxito, e as oportunidades de emprego encolhem cada vez mais, brotam nos mais diversos setores, iniciativas de produção e distribuição pautadas na economia solidária, cuja base é a cultura solidária.

Estas mudanças sócio-culturais se devem, principalmente, ao fato destas iniciativas de economia solidária possibilitarem, segundo Rodrigues et al. (2001), a tomada de consciência em relação à situação de exclusão e desigualdade social, vivenciadas no modelo capitalista, constituindo focos de mudança. Isso porque, podem constituir-se como processos dialéticos de ação-reflexão sobre a realidade prática e sobre as novas possibilidades de iniciativas, contribuindo, dessa forma, para a mudança de consciência e da estrutura social (Gutiérrez, 2001b).

A principal mudança se refere à disseminação de uma ética construtivista atrelada aos movimentos de economia solidária, a qual preconiza que tudo o que indivíduo faz para a promoção dos outros é bom para eles e também para si próprio. Neste sentido, o ser humano é percebido como inserido nos seus contextos social e histórico, é o "indivíduo-relação" (Arruda, 2000).

Os principais valores disseminados pela cultura, segundo o autor acima citado, se referem à reciprocidade, cooperação, compaixão, respeito à diversidade, complementaridade, comunidade e amor.

Para este processo se desencadear é importante, ressaltar o importante papel que os indivíduos e a sociedade civil têm ao participar destas iniciativas se envolvendo em suas ações e reflexões para que a economia solidária possa se constituir numa nova forma de relação de produção (Carbonari, 1999). Isto se torna possível, segundo Ribeiro (2000), na medida em que o sujeito principal da ação econômica se conscientiza do valor de sua força de trabalho e também do poder que tem para comunicar-se com os demais parceiros e divulgar suas ações coletivamente.

Por fim, pode-se dizer que a grande mudança cultural introduzida que permite caracterizá-la como uma cultura solidária, se refere ao fato de que a matriz cultural na economia solidária é a de que cada um e todos que trabalham - o indivíduo social - são os legítimos líderes e, portanto, compartilham o poder e a responsabilidade pela tomada de decisões (Arruda, 2004).

É claro que esta força da economia solidária repousa na idéia de que cada um precisa estar convencido de que é ali, daquele jeito, e não de outro, que cada cooperante encontra sentido para seu existir. Não se trata apenas de cuidar para que encontre individualmente uma via de escape à exclusão, mas de pluralizar esta oportunidade a todos quantos possam desejá-la. Cria-se assim um cultura solidária, em que as dimensões lúdicas estão presentes, ajudando as pessoas a redescobrir valores e práticas de camaradagem, da participação na vida do outro, da responsabilidade social coletivamente exercida. (Oliveira, 2001:169).

Conforme já citado também por outros autores, o desenvolvimento de uma cultura solidária só se torna possível quando as pessoas possuem consciência daquilo que estão buscando. É preciso que visualizem os benefícios que advirão, não só no plano material, mas também no afetivo, para que sintam o “querer” adotar os princípios que norteiam a cultura solidária.

Uma cultura solidária emerge na medida em que interações sociais se fundam numa base comum, em que os participantes se voltam um para o outro, constituindo um campo mutuamente partilhado. Estabelece-se uma forte teia de influência em que direitos e responsabilidades são acertados, cultivados e praticados, de modo que conjuguem igualdade (nas auto-regulamentações) e diferenças (nos traços peculiares a cada um). (Oliveira, 2001:169).

Uma cultura solidária e uma economia solidária é algo que nasce de uma necessidade humana. Talvez como uma forma de superar momentos de dificuldades, mas também como forma de opção de vida, uma alternativa ao que está posto. O importante é que não seja decorrente de uma imposição. Mas que seja livre e que possa resultar na promoção do ser humano, ampliando seus horizontes e potencializando o que há de mais humano, as relações consigo e com o outro.

Seron, P. C. (2008). Cultural Solidarity. *Revista de Psicologia da UNESP*, 7(1), 70-85.

Abstract: *This paper aims to reflect on the culture of solidary, putting it historically, as a product of the alternatives and initiatives built by individuals and groups to face economic and political changes occurring in the XX and XXI. At the principle we rely on the process of socio-economic development of the last century, at a view that this was a period full of changes and whose focus of importance is no longer the process itself, and became to be the speed with which it is happening. Furthermore, the results arising from these changes have resulted in high unemployment, widening the relations of domination, exploitation and exclusion of workers by capital. Subsequently, we focused on the process of building a solidary culture, with different events that occur prior to or concurrently with its development, such as the importance of the group; the operation of the group; the cultural change; among others. Anyway, aspects that determines the existence or not of a culture that is based on principles of solidarity, of mutual aid.*

Keywords: *culture, solidarity*

Referências

- Albuquerque, F. J. B. (1999). Aspectos psicossociais das cooperativas agrárias. In: Tamayo, A.; Borges-Andrade, J. E.; & Codo, W. (Orgs.). *Trabalho, organizações e cultura*. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.
- Araújo, M. A. D. & Moreira, C. A. L. (2001). Gerenciamento das pessoas em uma associação de trabalho: novas formas de participação? *Organizações e sociedade*, Salvador, v.1, n.1, p.75-90.
- Arruda, M. (2000). *A cultura da sócio-economia solidária*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br>>. Acesso em: 25 maio de 2000.
- Arruda, M. (2004). Economia solidária e o renascimento de uma sociedade humana matrística. In: IV FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Mumbai, Índia. *Painel: Por uma economia do povo: realidades e estratégias do local ao global*, Mumbai, Índia, 20 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2004.
- Cândido, A. (2001). Os parceiros do rio Bonito. 3º ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975, p. 79-88. In: Oliveira, Paulo de Salles (Org.). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec.
- Carbonari, P. C. (1999). Economia popular solidária: possibilidades e limites. In: Seminário Regional Passo Fundo de Trabalho e Economia Popular e Solidária, 1999, Passo Fundo. *Painel e debate: A economia solidária: o que é, quais as suas possibilidades e os seus limites em economias periféricas - o caso do Brasil*.

Estratégias para a consolidação da economia popular solidária no projeto de desenvolvimento do Estado do RS. Passo Fundo, RS. Disponível em: <http://www.redesolidaria.com.br> . Acesso em: 16 maio 2004.

- Chiavenato, I. (2000). As organizações. In Chiavenato, I., *Recursos humanos* (cap.1, p. 25-71): edição compacta. 6.ed. São Paulo: Atlas.
- Curty, M. G.; Cruz, A. C.; Mendes, M. T. R. (2002). *Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses* :NBR 14724/2002. Maringá: Dental Press.
- Gadotti, M. (2001) Educação comunitária e economia popular. In: Gadotti, M. & Gutiérrez, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 3.ed. São Paulo: Cortez, cap.1, p. 11-22. (Coleção Questões de Nossa Época, v.25).
- Gadotti, M. & Gutiérrez, F. (Orgs.) (2001). Apresentação: educação popular comunitária. In Gadotti, M. & Gutiérrez, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 3.ed. São Paulo: Cortez, p. 7-10. (Coleção Questões de Nossa Época, v.25).
- Gaiger, L. I. (2000). Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: Singer, P.; Souza, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto. p. 267-286. (Coleção Economia).
- Gorostiaga, X. (2001). Começou o século XXI: o Norte contra o Sul - o capital contra o trabalho. In: Gadotti, M.; Gutiérrez, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 3.ed. São Paulo: Cortez, cap. 4, p. 59-97. (Coleção Questões de Nossa Época, v.25).
- Guareschi, P. A. (1999). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, p. 141-156. (Coleção Psicologia Social).
- Gutiérrez, F. (2001a). Alcances educativos do fator "C". In: Gadotti, M.; Gutiérrez, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 3.ed. São Paulo: Cortez, cap.5, p. 98-116. (Coleção Questões de Nossa Época, v.25).
- Gutiérrez, F. (2001b) Educação comunitária e o desenvolvimento sócio-político. In Gadotti, M.; Gutiérrez, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 3.ed. São Paulo: Cortez, cap.2, p.23-33. (Coleção Questões de Nossa Época, v.25).
- Hoggart, R. (2001). As utilizações da cultura. Trad. De Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1975, v. 1, p. 87-122. In: OLIVEIRA, P. de Salles. *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec.

- Lewin, K. (2001). Problemas de dinâmica de grupo. Trad. De Miriam Moreira Leite. 3º ed. Introdução do Gordon W. Allport e organização de Gertrude Weiss Lewin. São Paulo: Cultrix, 1978, p72-84. In: Oliveira, Paulo de Salles (org.). *O lúdico na cultura solidária* (Paidéia; 6). São Paulo: Hucitec.
- Lopes, P. R. C. (1999) Recolocando a polêmica em torno da colaboração solidária. *CEPAT - Informa*, Curitiba, ano 5, n.49, abr. 1999. Disponível em: <<http://www.redesolidaria.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2004.
- Mance, E. A. (1998). A revolução das redes - a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. *CEPAT- Informa*, Curitiba, ano 4, n.46. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/rede.htm>>. Acesso em: 16 maio 2004.
- Mance, E. A. (1999). A colaboração solidária - compreendendo, transformando e conectando o que já existe. *CEPAT- Informa*, Curitiba, ano 5, n.48. Disponível em: <<http://www.redesolidaria.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2004.
- Nakano, M. (2000). Anteg: autogestão como marca. In: Singer, P. & Souza, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, p. 65-80. (Coleção Economia).
- Oliveira, P. S. (2001). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec.
- Pedrini, D. M. (2000). Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: Singer, P. & Souza, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, p. 31-48. (Coleção Economia).
- Razeto, L. (2001). Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular* (3.ed.). São Paulo: Cortez, cap.3, p.34-58. (Coleção Questões de Nossa Época, v.25).
- Ribeiro, N. (2000). Comunicação comunitária - uma alavanca para a sócio-economia solidária. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.redesolidaria.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2004.
- Rodrigues, A. M. S.; Oliveira, C. M. V. C. & Freitas, M. C. V. (2001). Globalização, cultura e sociedade da informação. *Perspectivas em ciência da informação*. Belo Horizonte, v.6, n.1, p.97-105.
- Rodríguez, C. (2002). À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, cap.8, p.329-367. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).

- Santos, B. S. (2002). Prefácio. In: Santos, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.13-22.(Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).
- Santos, B. S. & Rodríguez, C. (2002). Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.23-77. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).
- Singer, P. (2000). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, P.; Souza, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, p. 11-28. (Coleção Economia).
- Singer, P. (2001). *Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão*. Texto de conferência proferida no auditório de História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no fim de 1998, revisada e ampliada. Preserva a dimensão oral, com que veio a público. In: Oliveira, Paulo de Salles. *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: 2001, Hucitec.
- Singer, P. (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, cap.1, p. 81-129. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).
- Souza, A. R. (2000a). Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: Singer, P.; Souza, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, p. 245-266. (Coleção Economia).
- Souza, A. R. (2000b) Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, p.7-10. (Coleção Economia).